



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Cinform - 04 a 10/04/2016

EDITORIAIS

Quando a Justiça não tarda e nem falha

Ainda é cedo para saber se as investigações da Operação Indenizar-SE, que flagrou 15 vereadores e três empresários em atividades absolutamente suspeitas em relação às verbas indenizatórias da Câmara de Vereadores de Aracaju, resultarão em condenações, pois esse é um outro estágio - é preciso que a polícia investigue, colha provas, apresente-as ao Ministério Público e este, por sua vez, ofereça denúncia à Justiça.

Mas já há uma questão que pode ser muito comemorada: as instituições estão em pleno e total funcionamento no País e, louve-se, em Sergipe também. Desde o episódio das subvenções na Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe - aliás, algo que veio à tona após reportagens especiais do Cinform - que os políticos e ocupantes de cargos públicos em geral deveriam rever seus conceitos, repensar seus modus operandi e trabalharem em busca de um saneamento geral no setor público, até mesmo como forma de autopreservação. Se os políticos não cuidarem da imagem pública que representam, a atividade está fadada ao fim, pelo menos, de qualquer tipo de credibilidade possível.

Quando a operação comandada pelo Departamento de Crimes Contra a Ordem Tributária - Deotap - e pelo Ministério Público Estadual chega aos parlamentares aracajuanos, não há uma intromissão em um poder independente. Há uma atuação independente dos investigadores em busca de sanar um mal bem mais amplo que é a corrupção nas instituições.

Fulanizar uma ação dessa natureza é uma tentação fácil e na qual a maioria cai sem culpa. Mas se a intenção é melhorar as instituições, mais importante até do que o nome dos envolvidos, é perceber que a mácula que eles causam vai além de suas pessoas físicas - atinge a pessoa jurídica, no caso em questão, a Câmara.

É imperdoável que o cidadão, eleito pela população, não se dê conta de que ele não é mais "apenas" ele. De que o que foi feito, tanto na atividade pública como também em sua vida privada, passa a ser de interesse e de responsabilidade de toda a sociedade. O conceito de "homem público" tem essa característica. E

O patrimonialismo tem de estar com os dias contados. Porque o que é de todos, caso dos recursos que abastecem as tais verbas indenizatórias, não pode ser considerado como algo sem dono

só os que souberem respeitar isso, mantendo um comportamento condizente com os espaços que ocupam, é que poderão se manter nessa seara.

Está mais do que na hora de a população dar um basta em quem trata o público a seu bel-prazer. O patrimonialismo tem de estar com os dias contados. Porque o que é de todos, caso dos recursos que abastecem as tais verbas indenizatórias, não pode ser considerado como algo sem dono.

E mesmo que haja uma dificuldade para o entendimento de quais são as responsabilidades do cidadão comum na hora de cobrar e fiscalizar, essa mesma dificuldade não pode existir, sob nenhuma hipótese, quando se fala em representantes devidamente eleitos pelo voto.

Os vereadores aracajuanos estão vivendo um momento de tormenta por conta de 15 deles. E mesmo sem pré-julgamentos, esses mesmos 15 colocaram a Câmara em uma saia justíssima e incômoda. Não se pode aceitar mais que esse tipo de atuação deletéria parta exatamente de quem foi eleito para fiscalizar as ações do Executivo. O futuro está diretamente ligado a uma maior qualificação de quem nos representa, em quaisquer instâncias. Se não podemos e nem devemos comemorar o momento atual e suas mazelas, podemos, devemos e que nos obriguemos a aprender com situações como a que Aracaju viu e se estarreceu na semana passada. Só isso pode garantir que maus parlamentares ganhem um caminho certo: a não-renovação de seus mandatos nas próximas eleições.